

# Evitando a “esportização” e a “folclorização”, a capoeira se afirma como cultura negra<sup>1</sup>

Paula Cristina da Silva Barreto\*

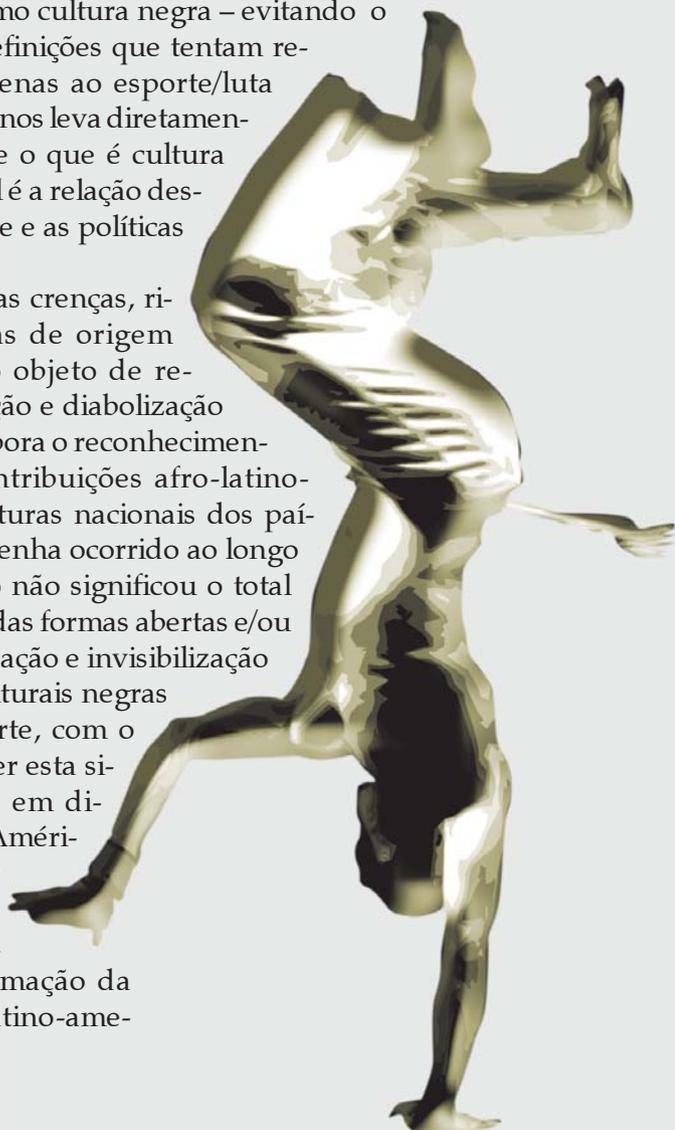
**A**rgumentar que a capoeira deve ser considerada como cultura negra – evitando o uso das definições que tentam reduzi-la apenas ao esporte/luta ou folclore/dança - nos leva diretamente à reflexão sobre o que é cultura negra, e sobre qual é a relação desta com a etnicidade e as políticas identitárias.

É sabido que as crenças, rituais e cerimônias de origem africana têm sido objeto de repressão, perseguição e diabolização nas Américas. Embora o reconhecimento parcial das contribuições afro-latino-americanas às culturas nacionais dos países das Américas tenha ocorrido ao longo do século XX, isso não significou o total desaparecimento das formas abertas e/ou sutis de desvalorização e invisibilização das expressões culturais negras na região. Em parte, com o objetivo de reverter esta situação, surgiram, em diversos países da América Latina, a partir das últimas décadas do século XX, iniciativas de afirmação da identidade afro-latino-ame-



Arquivo Passad

\* Socióloga; professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia; coordenadora do Instituto Nzinga de Capoeira Angola.





Arquivo P. Rescal

ricana, que associavam discursos de denúncia do racismo contra os negros e destacavam as contribuições africanas às sociedades nacionais, especialmente, no campo da cultura. Diversos atores - como organizações não-governamentais, o Estado, a Igreja Católica, as Universidades e os organismos internacionais, entre outros - tiveram um papel importante nesse processo.

No caso do Brasil, desde o final da década de 1970 surgiram inúmeras organizações anti-racistas que conformam os movimentos negros atuais. As ações destas organizações provocaram alterações nos discursos e práticas acadêmicas, oficiais e populares, no sentido de questionar a democracia racial como um mito, dar visibilidade ao racismo brasileiro e propor políticas públicas que garantissem a ampliação das oportunidades sociais para a população negra. Organizações

culturais de diversos tipos, formal e informalmente constituídas, foram, gradativamente, integrando os movimentos negros recentes, o que inclui organizações carnavalescas, religiosas, grupos de capoeira etc. Em alguns Estados, como a Bahia, as ações destas organizações culturais serviram de referência e inspiração para iniciativas que foram surgindo em outros Estados, dando existência ao que se tornou o amplo e diversificado campo que constitui o que, atualmente, é entendido como “cultura negra”. Desse modo, pelo menos para a parte dos movimentos negros, formada por organizações, grupos e indivíduos cujas ações têm se desenvolvido na área cultural, houve uma relativa superposição entre a construção de formas de identidade étnica (negra) e de identidade cultural.

Tais ações de afirmação e valorização positiva da cultu-

ra negra no Brasil foram bem sucedidas no sentido de divulgar para um público mais amplo, dentro e fora das fronteiras nacionais, a riqueza das diversas expressões culturais negras existentes, chegando, em alguns casos, a evitar o desaparecimento daquelas que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade. A repercussão destas ações, na elevação da auto-estima individual e coletiva da população negra e mestiça brasileira, é algo que merece destaque pela importância que tem na reversão de um dos efeitos mais nefastos do racismo.

No entanto, esse esforço de afirmação e valorização positiva da cultura negra no Brasil tem outros desdobramentos que merecem uma reflexão cuidadosa, posto que, em alguns casos, são contraditórios com os objetivos mesmos que inspiraram estas iniciativas. A análise da história recente da capoeira e, espe-



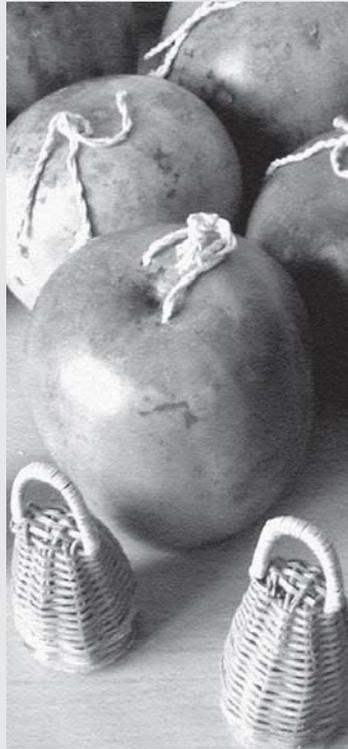
cificamente, das transformações nos discursos e práticas que ocorreram a partir do início da década de 1980, permite abordar esta questão que está no centro do debate atual sobre identidade, cultura negra e política.

Depois da perseguição aberta no final do século XIX, a história da capoeira no século XX tem sido marcada por repetidas tentativas de normatização e controle, bem como por disputas em torno da origem e da definição – como folclore, como esporte, como cultura negra e/ou popular, como ferramenta para a luta anti-racista e em prol da inclusão social e racial. Diante

da ausência de políticas públicas para a capoeira, o que aconteceu ‘espontaneamente’, a partir dos anos 1960, foi a expansão dos segmentos que afirmaram a capoeira como esporte e adotaram discursos e práticas condizentes e afinados com os propósitos da expansão das empresas, cujo objetivo era disputar um espaço para a capoeira no mercado da “cultura física”. Próxima a essa vertente, temos as iniciativas de inserção da capoeira no lucrativo mundo das competições esportivas.

Um dos aspectos mais preocupantes de todo esse

processo diz respeito às tentativas de redução da capoeira a uma única definição, ou melhor, de regulação da capoeira segundo uma visão que impõe um modelo único, que pretende se tornar hegemônico e que é bem exemplificado pela assertiva de que ‘a capoeira é uma só’.



Segundo essa lógica, não há reconhecimento da existência de diversos estilos, linguagens, abordagens e apropriações da capoeira, o que significou na prática impor a muitos mestres e capoeiristas a adesão à concepção da capoeira como esporte, o que do ponto de vista formal, muitas vezes, se traduziu em

iniciativas que buscaram impor a filiação de mestres e grupos de capoeira às ‘Federações’ e “Confederações’ de capoeira, nos moldes do que acontece com outros esportes. Durante muito tempo, a afirmação de que ‘a capoeira é uma só’ serviu para impor, por exemplo, aos praticantes da Capoeira Angola, que estes abandonassem tal estilo, considerado anacrônico por aqueles que se apresentavam como defensores da modernização e da transformação da capoeira em esporte nacional.

Em outra direção, muitos praticantes tentaram

inserir a capoeira no também lucrativo mundo das atividades turísticas e, nesse caso, é conhecida a presença de apresentações de capoeira como parte dos shows folclóricos que, em geral, apresentam de maneira descontextualizada e condensada diversas expressões da cultura afro-brasileira.

Buscando escapar das armadilhas da ‘esportização’ e da ‘folclorização’, muitos grupos de capoeira, bem como capoeiristas, mestres e contra-mestres, tentaram encontrar um outro espaço para a capoeira através da afirmação desta como cultura negra e popular. Esse caminho foi sendo pavimentado ao longo das décadas de 1980 e 1990. As dificuldades encontradas nessa empreitada não foram poucas e se assemelham àquelas enfrentadas por outras manifestações culturais tradicionais e populares no Brasil. Tais dificuldades estão relacionadas ao fato de que estas manifestações, por um lado, não foram consideradas como produtos com valor de mercado suficiente para atraírem investimentos do setor privado e, por outro lado, também não foram alvo de políticas públicas desenhadas com a finalidade de valorizá-las enquanto bens culturais de toda a sociedade.

Esse cenário tem mudado bastante na última década com a participação crescente de representantes do universo da capoeira no debate sobre a cultura em sua articulação com a construção da identidade negra; com o surgimento de ações governamentais no sentido de for-



Arquivo/Prescut

mular políticas públicas para a capoeira que se inserem em um contexto mais geral, marcado por iniciativas visando a promoção da diversidade cultural e da igualdade racial; e com o surgimento de mobilizações lideradas por organizações internacionais – como a UNESCO – visando a definição de marcos legais, bem como a obtenção de apoio dos Estados, para a noção de Patrimônio Cultural Imaterial. Tais iniciativas da UNESCO são recentes, mas estratégicas por favorecer a articulação em escala global de diferentes atores, visando o enfrentamento das adversidades que são comuns às manifestações culturais tradicionais e populares em várias partes do mundo, evitando que a discussão desses temas seja, excessivamente, marcada por argumentos nacionalistas<sup>3</sup>.

Nesse contexto, temos diante de nós um duplo desafio: por um lado, afirmar a capoeira como cultura negra, assegurando que sejam implementadas políticas públicas coerentes com tal definição, que levem em conta a heterogeneidade existente nesse campo e que estejam afinadas com o objetivo de garantir que a capoeira seja reconhecida como Patrimô-

nio Cultural Imaterial. Por outro lado, evitar que nesse processo sejam adotadas definições essencialistas de cultura negra, que, muitas vezes, incluem noções de pureza racial e estabelecem conexões diretas entre certas características fenotípicas e determinadas competências culturais ‘africanas’ herdadas. Em lugar da adoção de tais definições, acredito que é de grande interesse focalizar os processos através dos quais determinadas expressões culturais passaram a ser percebidas pelos praticantes e pelo público em geral como ‘cultura negra’, o modo como a ‘tradição’ é redefinida nestas expressões, e a relação destas com as construções de identidade étnica e as formas de (auto) identificação.

Essa discussão é de muito interesse para o debate recente sobre a capoeira, em um contexto marcado pelo maior reconhecimento popular e institucional da existência da Capoeira Angola como estilo tradicional e distinto da Capoeira Regional. Acontece que ao afirmar a Capoeira

Angola como estilo tradicional são freqüentes as tensões entre a continuidade e a mudança, tensões estas que se evidenciam sobremaneira quando se trata, por exemplo, de discutir as construções de gênero e de raça. Como entender as reivindicações de valorização da contribuição feminina à história recente da capoeira em geral e da Capoeira Angola, em particular, e de alteração das práticas machistas presentes no cotidiano dos grupos e nas relações entre mestres e alunas, já que a presença feminina é recente e, portanto, não poderia ser considerada como parte da ‘tradição’ da capoeira? Como entender a participação de pessoas que não são afro descendentes, ou tem origem nacional distinta da brasileira, em atividades culturais que reivindicam o seu caráter tradicional e a raiz africana, como ocorre com a Capoeira Angola, já que esta participação também não pode ser considerada parte da ‘tradição’ da capoeira?

Estas questões emergem nesse novo cenário em que não se trata mais de afirmar a existência da Capoeira Angola e defender o seu espaço, mas sim de consolidar e expandir as atividades de mestres e discípulos, que atuam não apenas no Brasil, mas participam dos fluxos globais da cultura negra desenvolvendo atividades em diversos países.

## NOTAS

- 1 Agradeço a leitura cuidadosa e os comentários de Rosângela Costa Araújo e Poloca Barreto.  
 3 A respeito das iniciativas da UNESCO relacionadas ao Patrimônio Cultural Imaterial, ver os seguintes documentos: Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989); Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade (2001); Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) no [www.unesco.org](http://www.unesco.org).

